



A preservação do patrimônio entre a teoria e a prática: conflitos contemporâneos na sociedade da imagem

PRISCILA HENNING*

A relação da sociedade com seus bens culturais, mais notadamente aqueles denominados patrimônio cultural, é inexoravelmente vinculada ao contexto social e filosófico de cada período – revelando-se um acurado “espelho” da sociedade e seus valores e princípios, em toda sua complexidade, conforme bem coloca Françoise Choay:

“O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2001, p. 12)

As edificações e conjuntos urbanos considerados patrimônio histórico têm merecido especial atenção da sociedade contemporânea, consolidando a preservação do patrimônio como um campo disciplinar específico e autônomo em desenvolvimento desde o século XIX, amparado em amplas discussões teóricas e variadas vertentes metodológicas de intervenção física nos bens por parte dos arquitetos. A maturidade deste campo do saber se reflete na vasta produção teórica a partir de diversas perspectivas, demonstrando a natureza multidisciplinar e complexa do patrimônio histórico, que – levantadas em discussões específicas – ajudam a compreender o monumento e suas especificidades e orientam práticas interventivas e ações de preservação. Internacionalmente, a partir da primeira reunião internacional sobre o tema, organizado pela Sociedade das Nações em Atenas, em 1931, e contando com a presença de eminentes autoridades no assunto, as discussões resultaram em documentos e orientações internacionais que embasam inclusive a elaboração de mecanismos de salvaguarda (como legislação específica) além das práticas interventivas, conhecidos como as Cartas Patrimoniais. A partir destes primeiros encontros, o patrimônio histórico mundial passa a ser tutelado por organismos como a Convenção do Patrimônio Mundial (World Heritage Convention), subordinado ao braço cultural das Nações Unidas, a UNESCO¹, ou o Comitê

* Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP) e doutoranda em História (IFCH/Unicamp)
Bolsista do CNPq

¹ Mais informações no portal da Convenção do Patrimônio Mundial, disponível em:
<http://whc.unesco.org/en/convention/> Acesso em 01 de junho de 2015.



Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organização internacional e não-governamental, que promovem eventos e assembleias com estados-membros (signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972), listas de bens patrimoniais da humanidade, e documentos internacionais que atuam como guias, entre outras atribuições. A expansão geográfica da adesão à causa da preservação do patrimônio é notável ao longo destas primeiras décadas: na primeira reunião em Atenas, em 1931, estiveram presentes apenas estados europeus, justamente os pioneiros na produção teórica, legislativa e prática do campo disciplinar. Na reunião seguinte, em 1964 – que resultou em um dos mais importantes documentos a respeito da preservação, a Carta de Veneza – já eram três os participantes não-europeus: Tunísia, México e Peru (CHOAY, 2001, p. 14). Em 2014, a ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial conta com 191 países signatários, e 644 bens culturais registrados na Lista do Patrimônio da Humanidade. Se considerarmos também a ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural, indo muito além do patrimônio material edificado (objeto deste texto) e incluindo, também, as variadas manifestações materiais móveis (obras de arte, mobiliário, pequenos artefatos) e toda a gama do patrimônio intangível, em franco crescimento, percebe-se a força e a potencialidade deste campo.

Esta expansão da preservação do patrimônio cultural vem de encontro com outros dados que apresentam crescimento exponencial: os da indústria do turismo. De acordo com dados recentes, divulgados no Relatório Anual de 2014 da Organização do Turismo Mundial das Nações Unidas (UNWTO), a indústria turística fechou o último ano com crescimento recorde:

“Apesar dos muitos desafios que o mundo enfrentou em 2014, o turismo internacional continuou a se impelir à frente. No fechamento do ano, o número de turistas viajando internacionalmente cresceu 4,4%, alcançando um novo crescimento recorde desde a crise econômica global de 2009. Mais uma vez, estes resultados ultrapassaram a projeção a longo prazo da UNWTO de um crescimento de 3,8% no período de 2010 a 2020, no bom caminho para se alcançar o número de 1,8 bilhões de turistas internacionais até o ano de 2030”².

Mais de metade dos turistas viajaram para a Europa (51% ou 584 milhões de chegadas) e 23% dos turistas foram para a Ásia (263 milhões de chegadas), em geral para reconhecidos

² UNWTO 2014 Annual Report, disponível em: <http://www2.unwto.org/annual-reports> Acesso em 02 de junho de 2015.



sítios patrimoniais. Os 1,135 bilhões de turistas geraram uma renda total de US\$1,5 trilhões (cerca de US\$4 bilhões por dia), fazendo com que a indústria do turismo se classificasse em quarto lugar, apenas atrás de combustíveis, química (incluindo a indústria farmacêutica) e alimentação. Em muitos países, o turismo é a principal fonte de renda, gerando US\$485 bilhões em economias emergentes em 2013 (UNWTO, 2014, pp.10-14).

Pode-se afirmar com segurança que o turismo nasceu justamente em torno dos bens patrimoniais – ele surge com as chamadas "Grand Tours", viagens empreendidas pelos jovens das classes mais abastadas que, principalmente a partir do século XVII, viajavam para os locais onde floresceram as grandes civilizações antigas, principalmente os romanos e mais tardiamente os gregos, para realizar estudos das relíquias artísticas e arquitetônicas ou simplesmente para se inspirar diante da presença de vestígios de tão grandiosas civilizações. A partir deste contato, estes jovens poderiam perpetuar a cultura clássica ao longo de séculos na civilização ocidental. Nos fins do século XIX, principalmente através da ação de Thomas Cook e de conquistas trabalhistas como o direito às férias, além do acesso cada vez mais fácil aos novos meios de transporte que diminuía as restrições de tempo e espaço, os trabalhadores também puderam ter acesso às viagens de lazer. E assim, principalmente no período do pós-guerra, o turismo se tornou progressivamente mais acessível e atraente para grande parte da população (RODRIGUES in FUNARI e PINSKY, 2005, p. 15).

Naturalmente que, diante do reconhecimento deste potencial econômico ainda em franca capacidade de se desenvolver, e do crescente interesse em viajar para visitar sítios históricos, houve um crescimento no interesse de identificar, registrar, preservar e promover os bens culturais tangíveis e intangíveis até nos lugares mais improváveis, onde estas questões até então nunca foram consideradas. Festas "típicas" surgem ou ressurgem, a culinária e as tradições locais são disseminadas, a paisagem urbana é revitalizada, edificações isoladas recebem tratamento de "cartão postal da cidade", e roteiros no patrimônio natural são divulgados com o objetivo de atrair visitantes. O turismo, que em um primeiro momento surgiu em consequência da existência do patrimônio, agora passa a ser um instrumento que, se bem utilizado, pode valorizar e garantir a preservação do patrimônio. Isto foi reconhecido pelos próprios organismos de preservação nacionais e internacionais, e no caso específico do Brasil, foi bastante empregado como motor para o desenvolvimento na segunda metade do

século XX. As Normas de Quito³, de 1967, documento resultante de um encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos e que tem o Brasil como signatário, é direcionada especificamente para o desenvolvimento econômico e turístico da América em torno da adequada proteção dos bens patrimoniais. Neste documento, recomendava-se que “os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (RODRIGUES *in* FUNARI e PINSKY, 2005, p. 18-19). No caso do Brasil, a criação de órgãos como o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), de 1968, tem o termo “turismo” já no nome.

A ideia de que o turismo é um meio de preservação dos monumentos esteve presente em vários documentos oficiais. “De fato, entre a década de 60 e 80, o turismo tornou-se uma fonte importante de renda para muitos países, particularmente no Mediterrâneo. Em alguns países, incluindo a Malásia e o Sri Lanka, as autoridades de conservação têm sido hábeis em canalizar fundos provenientes do turismo para beneficiar sítios patrimoniais” (JOKILEHTO, 1998, p. 18). Além de despertar o interesse de sítios históricos, a renda gerada pelo turismo muitas vezes é revertida para a própria manutenção e conservação dos monumentos, contribuindo para que construções antes abandonadas passassem a ser valorizadas e mesmo responsáveis pelo desenvolvimento de uma região como um todo. Diante dos desafios, inclusive os efeitos negativos de uma gestão inadequada de turismo (como a danificação de sítios frágeis pela presença massiva e ostensiva de turistas, levando à necessidade de controle de acesso e até seu fechamento à visitação, como é o caso do Vale dos Reis, no Egito), em 1976 o ICOMOS promoveu um encontro que resultou na Carta do Turismo Cultural, documento internacional que dispõe sobre o assunto. No entanto, embora estes compromissos internacionais orientem as práticas, não se trata de uma obrigatoriedade de sua adoção – aliás, se não forem traduzidos em legislação local e colocadas em prática pelos organismos oficiais de salvaguarda do patrimônio, tornam-se letra morta.

O risco que se corre, evidentemente, na associação entre patrimônio e turismo reside na distorção da compreensão do bem patrimonial como sendo um bem puramente de

³ As Normas de Quito, de 1967, promovida pela Organização dos Estados Americanos, dispõe sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Disponível no Portal do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 28 de maio de 2015.

consumo, um *commodity*, sendo manipulado muitas vezes de maneira distorcida para atender aos objetivos de lucro, conforme a crítica de Carlos Lemos:

Preserva-se em atendimento às exigências do turismo, a grande indústria moderna, que maneja quantias incríveis enquanto vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades. O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provocando quadros artificiais, inclusive.” (LEMOS, 2000, p. 30).

Por ser, na maioria das vezes, direcionado ao consumo dos bens culturais, a rentabilidade do turismo torna o patrimônio a cada dia mais atraente para os mais variados setores da sociedade, que passam a agir sobre os bens segundo perspectivas bastante distantes das premissas teóricas discutidas no campo específico da preservação do patrimônio. Os conflitos de interesse de gestores, intelectuais, arquitetos, turismólogos, proprietários, marqueteiros, especuladores, o público em geral, dentre outros atores, acabam por expor tensões na compreensão do que é o bem patrimonial e qual sua função e objetivo, bem como refletem uma série de questões típicas de nosso tempo. Afinal, estas oposições atestam a complexidade e as contradições inerentes à sua própria natureza enquanto monumento. Diante do “canto da sereia” das possibilidades econômicas a partir da manipulação dos bens patrimoniais, muitas vezes a atuação deixa de pautar pelas linhas teóricas e premissas específicas do campo do restauro, e passam a servir aos interesses do capital, acarretando em frequentes cisões entre teoria e prática, decorrentes da falta de conhecimento das especificidades da atuação nos monumentos históricos.

A teoria da preservação do patrimônio

As contradições entre teoria e prática no âmbito da preservação e restauração do patrimônio histórico sempre existiram – e mesmo dentro do campo teórico podemos ver duas posições antitéticas desde o princípio: por um lado, o Restauro Estilístico do arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, que tem como máxima a ideia de que o restauro deveria recompor o monumento a “um estado completo que pode não ter existido nunca” (VIOUET-LE-DUC, 2000); e por outro, a linha puramente conservacionista do inglês John Ruskin, que

rejeita toda e qualquer restauração em um monumento por considerar seus resultados “uma mentira” (RUSKIN, 2008), admitindo apenas ações conservativas. Ao longo dos quase dois séculos de consolidação da restauração de patrimônio histórico como um campo disciplinar autônomo com fundamentação teórica consistente e amplamente discutida, testada e aprimorada por meio de experiências práticas, estas duas posturas basilares foram sendo, paulatinamente, ponderadas e debatidas até chegarmos às orientações contemporâneas contidas nas Cartas Patrimoniais, buscando desenvolver uma objetividade técnica na abordagem do assunto, evitando perigos comuns como posicionamentos subjetivos, suposições ou ações superficiais. Dentre estas teorias, merece especial destaque a linha teórica do Restauro Crítico, preconizado por Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Phillipot, que entende “a restauração essencialmente como processo histórico-crítico que parte de uma pormenorizada análise da obra e não de categorias genéricas predeterminadas” (KÜHL, 2004, p. 315). Esta vertente, em especial na visão de Cesare Brandi, compreende a questão da restauração como sendo uma intervenção complexa, reflexiva e única (cada caso é um caso) que deve visar à integridade do bem em sua dupla polaridade estética e histórica, sem que seu aspecto documental sacrifique suas características estéticas e vice-versa. Para tanto, esta corrente propõe que a preferência deve ser dada por práticas conservativas e de manutenção, admitindo-se, porém, a restauração em último caso – desde que atendendo a princípios de distinguibilidade, reversibilidade e postulando a mínima intervenção na matéria original (BRANDI, 2004). A partir desta visão consistente, a Carta de Veneza de 1964, que permanece sendo o principal documento internacional a respeito do tema⁴, é formulada com recomendações que procuram “conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento” (Carta de Veneza, 1964 in IPHAN, 1999) ou seja, visando uma postura equilibrada que leva em conta tanto os aspectos histórico-documentais quanto estéticos, por meio de uma reflexão histórico-crítica.

Atualmente, mesmo dentro do campo disciplinar da preservação do patrimônio, vemos que divergências conceituais e de leitura persistem, embora todas, em maior ou menor grau, se aproximem das diretrizes internacionais discutidas em debates e registradas em documentos – as Cartas Patrimoniais, que servem como síntese das teorias vigentes e atuam como guias para orientar práticas de intervenção. Na Itália, por exemplo, coexistem hoje três

⁴ A Carta de Veneza é o documento final do congresso promovido pelo International Committee of Monuments and Sites (ICOMOS, filiado à Unesco) em 1964, na cidade de Veneza. Até hoje, consiste em recomendações válidas que dão base à ação de órgãos de salvaguarda e legislação de proteção do patrimônio histórico.

principais vertentes de conservação, segundo a leitura de Giovanni Carbonara: o “restauro crítico-conservativo”, a “pura conservação” e a “hipermanutenção-repristinação” (KÜHL et al, 2010, pp. 211-213). A primeira, também denominada “posição central”, parte das ideias de Brandi e dos demais teóricos do restauro crítico, propondo uma ação prudentemente conservativa, mas que ao mesmo tempo admite soluções criativas para tratar de problemas na restauração, como remoção de adições ou tratamento de lacunas. Para tanto, fundamenta-se no juízo histórico-crítico para avaliar a dialética entre as instâncias históricas e artísticas ao tomar qualquer decisão quanto ao monumento. As duas outras vertentes adotam posições que remetem à dualidade original das teorias de restauração: por um lado, a “pura conservação” atualiza as ideias de John Ruskin e outros autores como William Morris e Camillo Boito, e posicionam-se quanto à preservação do patrimônio de modo a privilegiar sua instância histórica. A obra é vista como primordialmente um documento histórico e a intervenção deve respeitar todas as fases do monumento ao longo do tempo, apenas procurando conservá-lo de modo a tratar patologias e prolongar sua existência. A instância estética do monumento é percebida como indissociável da instância histórica, de modo que, para os adeptos desta linha teórica, toda e qualquer alteração na imagem do monumento com vistas a uma reintegração da imagem é rejeitada⁵. Nesta linha, embora os resultados finais deste tipo de intervenção possam em alguns casos serem entendidos como muito radicais ou até mesmo questionáveis, as reflexões propostas por autores como Ruskin ou Alois Riegl a respeito de questões como o tempo, a morte, a reverência pelo antigo (a relação do homem com a história), e a autenticidade são profundas e – talvez justamente pelo seu contraste com os fenômenos contemporâneos de reificação da imagem descolada do objeto – devem ser ponderadas e rediscutidas.

A terceira linha, conhecida como “hipermanutenção” ou “repristinação”, adota a instância estética como preponderante, visando à reintegração da imagem do passado. Atualizando em certa medida alguns princípios propostos por Viollet-le-Duc, os adeptos desta

⁵ A reintegração de uma imagem tida como ideal, em dado período da história, pressupõe a rejeição da configuração formal do monumento em outras fases. Os adeptos da pura conservação partem da noção de algumas correntes historiográficas que questionam a possibilidade de se julgar objetivamente que determinadas fases sejam mais relevantes que outras, visto que o olhar de quem avalia está sempre sujeito às limitações do presente: “[os] juízos são sempre relativos, e o conhecimento do passado, além de ser limitado, é sempre uma construção de um presente histórico” (KÜHL *et al.*, 2010, p. 212). Sendo assim, concluem que há menor risco em perdas significativas fruto de um julgamento questionável futuramente se o monumento for conservado do modo em que se encontra no momento de sua preservação.

linha propõem manutenção e integrações de modo a recompor uma imagem prístina⁶, imaculada e íntegra de suas fases original – muitas vezes trabalhando por meio de analogia ou de mimetismo. Um dos autores desta linha é Paolo Marconi, que considera que a autenticidade numa obra de arquitetura se coloca de forma distinta de outras obras de arte, e que inevitavelmente o uso e a exposição às intempéries acabam por alterar a morfologia de um dado monumento ou conjunto urbano. Deste modo, se considera-se que preservar o patrimônio consiste em transmitir às gerações futuras o legado de determinada obra, Marconi afirma que é impossível fazê-lo sem intervir na “pele” de um monumento, pois, caso contrário, os significados perdidos não atingem as novas gerações. Daí o entendimento de que o restauro deve ser um movimento contrário ao desgaste e à alteração, visando restabelecer a imagem inicial ao longo do tempo (CUNHA, 2010, pp. 39-40).

É importante ressaltar que, embora cada vertente faça uma interpretação distinta de conceitos de restauração (principalmente com relação à pertinência absoluta ou relativa de determinadas práticas ao campo da restauração enquanto ação cultural), todas “preconizam o respeito absoluto pelos aspectos documentais das obras e excluem, por completo, a possibilidade de reconstrução que, do ponto de vista da preservação e do ponto de vista histórico-documental, constitui um falso” (KÜHL *et al.*, 2010, p. 213). As três correntes baseiam-se, antes de tudo, nos documentos e princípios que consideram que a preservação do patrimônio deve atender a princípios e práticas bastante específicos, no tocante ao respeito pelos aspectos documentais, materiais, estéticos, sociais e simbólicos. Apesar de não termos, aqui no Brasil, uma classificação e caracterização das diferentes posturas atuais de interpretar e intervir em um bem patrimonial, podemos afirmar que estas posições divergentes com relação à dupla polaridade histórica e estética também são percebidas.

A cisão entre teoria e prática na sociedade da imagem

No entanto, na prática, apesar da profundidade analítica e conceitual alcançada pelas diversas teorias, o que ocorre é diametralmente oposto do que se discute no âmbito teórico, e a aplicação destes princípios de modo embasado e reflexivo por parte dos arquitetos ou mesmo de órgãos que atuam nos bens patrimoniais nem sempre acontece. Em grande parte

⁶ O termo *prístino* significa, segundo o dicionário Houaiss: original, antigo, “o que vem antes”, inalterado, puro.

dos casos, porém, observam-se ações arbitrárias e completamente impertinentes ao campo. Os limites e a própria definição destas questões conceituais são bastante sutis e, atualmente, parecem ser esquecidas diante do quadro de exploração econômica do bem histórico, como bem explica Choay, no sexto capítulo de seu livro *A alegoria do patrimônio* (CHOAY, 2001, p. 239-258). É o caso de intervenções como reconstruções, réplicas ou alterações como, por exemplo, a escolha arbitrária da cor no tratamento de superfícies no bem patrimonial. Nota-se a preferência, tanto por parte de profissionais quanto do público em geral, por um tratamento que visa restabelecer o monumento a um estado “rejuvenescido”, como se estivesse recém-construído, eliminando por completo as marcas da passagem do tempo – e, assim, desrespeitando muitas vezes seu caráter histórico e documental, suas características formais e morfológicas e muitas vezes até mesmo a especificidade dos materiais. Com relação a este fenômeno, Kühl discorre que:

“Sinais de transcurso do tempo são cada vez menos apreciados em nossa sociedade (...) Deve-se lembrar que o objetivo de uma restauração não é oferecer uma imagem do passado facilmente consumível, simplificada de forma grosseira para se tornar mais palatável ao gosto massificado. É, ao contrário, explorar e valorizar toda a riqueza das diversas estratificações da história. (...) O interesse em preservar as marcas do transcorrer do tempo não é mero ‘ruinismo’ ou necrolatria, mas é, sim, uma apreciação estética, crítica, histórica, que não considera o tempo como reversível” (KÜHL, 2004, p. 322).

Este tipo de abordagem deixa claro que seu objetivo é reintegrar a imagem por si só, idealizada e desconectada da sua materialidade – uma simulação. Esta imagem, destinada primordialmente para o consumo turístico, normalmente adquire feições agradáveis e apresenta-se jovem e fresca, como que recém-construída e impecavelmente mantida, e de preferência elimina-se vestígios desagradáveis ou memórias incômodas inerentes ao bem patrimonial (ou, no caso de questões intangíveis vinculadas ao patrimônio, trata-se delas de um jeito leve e desconectado)⁷.

⁷ Um exemplo bastante ilustrativo deste modo de tratar o patrimônio é a cidade de Colonial Williamsburg, nos Estados Unidos, um gigantesco empreendimento privado que buscou recriar na segunda capital dos Estados Unidos seu aspecto no ano de 1775, um ano antes da independência americana. A cidade recebe um tratamento de parque temático, com atores encenando o modo de vida da época, vestindo os trajes e interagindo com os turistas como se estes últimos tivessem viajado no tempo. No entanto, um dos pontos críticos do projeto é a representação dos negros do período - os quais, na época, eram escravos – mas que na reencenação do projeto

Estes conflitos e distorções no entendimento de como intervir no patrimônio histórico podem ter origem não necessariamente em falhas ou má compreensão dos preceitos teóricos que dão base ao campo disciplinar do restauro, mas sim em uma estrutura de pensamento típica de nosso tempo que, em muitos aspectos, é conflitante com o entendimento proposto pelo campo específico da restauração. Se, ao retomarmos um argumento levantado anteriormente, nosso juízo de valor, critérios e visões de mundo são marcados pelo nosso presente histórico, como desvincular a prática da preservação do patrimônio histórico de questões contemporâneas como o presentismo ou a adoção de uma relação com o tempo que, por mais que cultue o passado, reflete um conflito temporal em que suas instâncias (passado, presente e futuro) convivem, apenas como simulacros, em um único presente eterno⁸? A superficialidade com que estas intervenções são empreendidas, considerando-se apenas a imagem estilística como tendo valor, pode ser um claro indício da crise da historicidade – ou a planificação da história. Neste contexto, vemos a retomada do interesse por artefatos antigos ou históricos (porém renovados, despidos de seu envelhecimento) como uma manifestação do *historicismo* de que nos fala Jameson: “a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas, e, de modo geral, aquilo a que Henri Lefebvre chamou de primazia crescente do ‘neo’” (JAMESON, 1997, p. 45). Para Jameson, este conceito ingênuo de “historicismo” na sociedade pós-moderna leva a um pastiche onipresente, à cultura do simulacro. O jornalista Simon Reynolds, por sua vez, reconhece esta cultura do “neo” e dos “revivals” reinante na cultura pop como um todo, destacando a presença cada vez mais frequente de retomadas, *remakes* e a cultura do retrô e do *vintage* na moda e na indústria musical. O que ele destaca, no entanto, é que esta “retromania”, esta obsessão da cultura pop por seu próprio passado imediato, vem estreitando as relações entre o presente e o passado alvo de revivalismo cada vez mais, resumindo a criação artística contemporânea à autofagia, às colagens e ao pastiche de um passado cada dia mais próximo do presente (REYNOLDS, 2011).

ignoramos aspectos incômodos desta condição ou os representam de forma distorcida, leve. Mais informações no site do projeto: <http://www.history.org>

Ver também a obra de Andreas Huyssen e as discussões relativas à preservação do patrimônio na Europa após a queda do muro de Berlim, e a relação da sociedade com episódios conflituosos da história.

⁸ Conforme a noção de regimes de historicidade de François Hartog, exposta em toda a complexidade do tema no livro *Regimes de Historicidade*, 2014. Outros autores contemporâneos que abordam a temática, por outros vieses, são Andreas Huyssen e Simon Reynolds.

Estas intervenções (imagéticas, espetacularizadas⁹ e/ou simuladas) refletem a relação da sociedade contemporânea com a história em si. Como trabalhar o patrimônio contemporâneo sem sofrer os efeitos da exploração econômica da cultura (a indústria cultural, conforme a ideia já envelhecida de Theodor Adorno), a supremacia da imagem e a recusa ao envelhecimento, que impactam tão fortemente a sociedade contemporânea?

O espetáculo, no patrimônio, é claramente perceptível na relação com o patrimônio como imagem reificada, desligada de sua consistência material. Apesar do respeito absoluto pela matéria original, preceito básico das principais teorias de restauro, muitas vezes vemos que a matéria é desprezada para se garantir a projeção da imagem idealizada do objeto – é o caso das intervenções que visam “sacrificar” as superfícies de dada edificação (como argamassas, pinturas, telhas, etc.) em nome da integridade do bem¹⁰. Ora, se a imagem projetada consiste justamente na plástica de uma edificação (aspecto, forma, volumetria, cor, material, textura, etc.), que se expressa sobretudo nestas superfícies, ao intervir nelas de forma aleatória afeta-se, justamente, a nossa percepção deste dado monumento. Em outro exemplo, a espetacularização do monumento, que Choay chama de *mise-en-scène*, é vista nos casos em o monumento é apresentado de maneira destacada do seu entorno. São procedimentos vários, que podem incluir a iluminação extensiva, aos “espetáculos de luz e som”, os eventos e a animação cultural, a conversão em dinheiro, e a “modernização” (em que um elemento inteiramente novo, anacrônico, é inserido no monumento para gerar um contraste regenerador), entre outros (CHOAY, 2001, p. 212-231).

Outro aspecto digno de destaque é a presença cada vez maior de reconstruções completas, réplicas ou reconstituições de ruínas ou edificações em avançado estado de degradação – um processo de reconstituição de uma imagem hipotética, um simulacro de algo que não existe mais – e que, parafraseando Viollet-le-Duc, possa não ter existido nunca. Baudrillard afirma que “simular é fingir ter o que não se tem” e refere-se a uma ausência (BAUDRILLARD, 1991, p.9). No caso, a ausência do objeto original, que ao longo de seu

⁹ Entendendo “espetáculo” conforme a definição de Guy Débord, “a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência” (DÉBORD, 1997, p.16). Ou seja, é a imagem destacada do objeto, que adquire primazia sobre o objeto real – as relações com as pessoas (e entre elas) passam a se dar através destas imagens, em detrimento do objeto real. “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato deste setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência” (DÉBORD, op.cit., p.14).

¹⁰ Princípio este defendido, por exemplo, pela vertente contemporânea de hipermanutenção/repristinção, conforme Kühl, 2004, p. 322.

transcurso acabou se desfigurando ou ruindo. Justamente por ser compreendida como mera imagem simulada, não faz sentido que esta envelheça; mas sim, que permaneça eternamente congelada em seu estado “perfeito”, idealizado. Neste âmbito, as intervenções no bem histórico fogem de classificações aceitas como “preservação do patrimônio”, nas quais o seu *valor de ancianidade* e o respeito pela sua idade são temas de extensas e profundas reflexões por autores como John Ruskin e Alois Riegl.

Esta abordagem do patrimônio histórico, constantemente associada a eventos celebrativos destinados ao consumo turístico da memória, os quais muitas vezes esvaziam desta o seu conteúdo, vem se tornando muito frequente, inclusive dentro de ações promovidas pelos próprios órgãos de salvaguarda, pois o turismo é um eficaz instrumento de valorização de bens patrimoniais e de captação de recursos para sua conservação, distanciando-se da fundamentação teórica do campo. Choay comenta, a este respeito, que a ideia de “valorização (*mise-en-valeur*)” do patrimônio tratado como bem de consumo atualmente vem sendo feita de forma antagônica: por um lado, encontram-se os restauradores que atuam “sob o signo do respeito”, aliando às teorias dos pensadores dos séculos XIX e XX as novas tecnologias; por outro, são ações “sob o signo da rentabilidade”, destinadas a “valorizar o monumento histórico e transformá-lo eventualmente em produto econômico” (CHOAY, 2001, pp. 212-213). Estes problemas são extremamente atuais e nem sempre têm seu impacto reconhecido ou discutido dentro do campo disciplinar específico da restauração. . Resultará esta abordagem na destruição do próprio objeto que se pretende preservar? Cabe avaliar e discutir estas contradições para que, dentro do campo do disciplinar do restauro, esta especificidade de nosso tempo seja levada em conta nas elaborações teóricas e não se imponha como uma realidade paralela, visto que as consequências destas intervenções representam perdas irrevogáveis e atingem a sociedade como um todo.

A análise conceitual dos temas mencionados, contrastando a fundamentação teórica específica do campo disciplinar da preservação com a problemática contemporânea, propõe caminhos para aprofundar a compreensão das práticas e tendências atuais de intervenção no patrimônio histórico, e, através destas, também voltar-se ao estudo da sociedade contemporânea que as produz. Em oposição à leitura dicotômica usual, que isola ambas as estruturas de pensamento, ignorando suas interfaces e relações na questão da preservação do patrimônio cultural, considera-se que dificilmente se realiza uma análise dialética entre a

sociedade atual e as teorias de restauro, buscando justamente encontrar respostas para a ruptura entre a teoria, bastante consistente no campo, e a sua aplicação prática – que denota que, em alguns aspectos, a teoria se mostra inadequada, insuficiente ou mal interpretada em sua potencialidade. Esta relação deve ser estudada de forma relacionada pois as consequências destas contradições têm ocasionado sérios danos culturais, na medida em que acarretam perdas culturais muitas vezes inexoráveis.

Considerando a importância da preservação do patrimônio cultural como mecanismo de registro historiográfico através de seu caráter de suporte material para a memória social, de sua função na construção da identidade social e de seu valor de singularidade, a intervenção deve ser sempre pautada por ação criteriosa, para não ter a pretensão de se “preservar” apenas a *imagem* de uma história que não corresponde à realidade – atitude esta que pode ter graves consequências quando se propõe a abordar a preservação efetiva de um bem histórico. Devido à sua condição de suporte material da memória coletiva, perpetuando uma *continuidade* de uma dada sociedade (DE DECCA *in* CUNHA, 1992, p. 130), o monumento histórico conservado é, sem dúvida, um potente meio de consolidação de uma dada cultura, e é vital que a ação sobre ele seja orientada por uma extensa reflexão sobre esta problemática complexa, a fim de evitar cometer graves erros historiográficos que possam comprometer definitivamente os exemplares singulares. Logo, a atuação sobre ele deve ser clara e consistente. Afinal, como bem alerta Eric Hobsbawm,

“Todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades” (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

Bibliografia:



BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1991.

Cartas Patrimoniais, Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **O Direito à Memória**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.

DÉBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HUYSSSEN, Andrea. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernidade: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

JOKILEHTO, Jukka Ilmari. **International Trends in Historic Preservation: From Ancient Monuments to Living Cultures**. In: Bulletin of the Association for Preservation Technology (APT Bulletin), Vol. 29, No. 3/4, Thirtieth-Anniversary Issue (1998), pp. 17-19.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 12. P. 309-330. Jan/dez 2004.

----- **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz M.; VIVIO, Beatrice; CAMPANELLI, Alessandro P.; CERROTI, Alessandra. **Seminário de Estudos sobre Restauração Arquitetônica: “temas recentes no restauro na Itália”**, FAU – Maranhão. In: Revista Pós, Universidade de São Paulo, v. 17, n. 27. São Paulo, junho 2010.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.



REYNOLDS, Simon. **Retromania**: pop culture's addiction to its own past. Nova York: Faber and Faber, Inc., 2011.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

UNTWO Annual Report 2014. Relatório Anual da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas. Disponível em: <http://www2.unwto.org/annual-reports>. Acesso em: 05 de junho de 2015.